

DIFERENTES FORMAS DE VALORAÇÃO DO AMBIENTE: CONFLITOS ENTRE CAMPONESES E MINERADORA NA ZONA DA MATA MINEIRA

DIFFERENT WAYS OF ENVIRONMENTAL ASSESSMENT: CONFLICTS BETWEEN FARMERS AND MINING COMPANYS AT ZONA DA MATA MINEIRA

Alice Nogueira Monnerat¹

Julio Cesar Pereira Monerat²

RESUMO

O avanço da mineração de bauxita no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata Mineira ameaça a territorialidade camponesa ali desenvolvida ao longo de gerações e coloca em confronto duas maneiras distintas de valorar o ambiente. Enquanto a mineradora estabelece um cálculo meramente econômico para os impactos por ela produzidos, as comunidades camponesas consideram valores culturais, simbólicos, religiosos e históricos incapazes de serem medidos pela escala monetária. O conflito entre as diferentes formas de valoração revela, dessa forma, uma agressão aos direitos humanos dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Conflito. Economia. Ecologia. Mineração.

¹ Mestranda em Direito e Inovação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); professora da Rede Pública Estadual de Minas Gerais. alicenmonnerat@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/7523632868329846>.

² Mestre em Geografia (UFJF); doutorando em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor do IF Sudeste MG – Campus Muriaé; julio.monerat@ifsudestemg.edu.br; <http://lattes.cnpq.br/679991837245379>.

ABSTRACT

The advance of bauxite mining around the Serra do Brigadeiro State Park at the Zona da Mata Mineira threatens the peasant territoriality developed over generations and confronts two different ways of valuing the environment. While the mining company establishes a purely economic calculation for the impacts produced by it, peasant communities consider cultural, symbolic, religious and historical values incapable of being measured by the monetary scale. The conflict between the different forms of valuation reveals, in this way, an aggression to the human rights of these communities.

KEYWORDS: Peasantry. Conflict. Economy. Ecology. Mining.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise dos depoimentos tomados junto aos participantes de movimentos sociais, sindicais, ambientais e pastorais mobilizados, a partir do ano de 2012, no Fórum de Defesa da Vida e do Meio Ambiente devido à ameaça representada pela mineração de bauxita pela CBA-Votorantim no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), enfocando especialmente as diferentes formas de valorar o ambiente. A hipótese a ser verificada é que a valoração do ambiente estabelecida pelas organizações vinculadas aos camponeses e os próprios camponeses difere e mesmo conflita com o mero cálculo crematístico desse ambiente pelo capital minerador. Por cálculo crematístico entendem-se relações monetárias voltadas ao lucro, ao passo que economia é entendida a partir de sua raiz grega - oikos - como cuidado da casa, tal como analisado por Aristóteles, citado por Martínez Alier (2017).

Esse conflito valorativo articula-se de maneira complementar à temática dos conflitos territoriais, nos quais se verificam territorialidades

que se enfrentam mobilizando os elementos materiais e imateriais que as constituem (SAQUET, 2011). A conflituosidade entre as diferentes formas de valorar o ambiente articula: 1) as contradições valorativas que se podem verificar no par antagônico economia e crematística; e simultaneamente 2) o conflito territorial que se manifesta em formas divergentes de apropriação material e simbólica/imaterial do ambiente. A mineradora, ao estabelecer preços para os recursos naturais e para aquilo que o capital denomina de externalidades do processo produtivo, revela a incapacidade desse mesmo capital em reconhecer diferentes modos de vida – no caso, o camponês – em sua complexidade sociometabólica e ambiental. Conseqüentemente, a imposição de uma precificação ao ambiente resulta em violação dos direitos humanos daquelas comunidades. Enfim, valorações divergentes articuladas a territorialidades também divergentes em um processo conflitivo.

O avanço da mineração de bauxita no entorno do PESB, na Zona da Mata Mineira, cuja prospecção teve início na década de 1980, foi entendida como uma ameaça à territorialidade camponesa (TERRITÓRIO, 2011) somente quando as associações e sindicatos camponeses tomaram ciência do projeto da mineradora, desencadeando ampla mobilização social em defesa de seus territórios. A mobilização desdobrou-se na criação de uma Comissão de Atingidos (2003) e, posteriormente, no Fórum de Defesa da Vida e do Meio Ambiente (2012), congregando movimentos sociais, sindicais e pastorais, dentre os quais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Associação Amigos de Iracambi (Rothman, 2010).

Em 2012, foram tomados depoimentos em vídeo de lideranças dos movimentos participantes do Fórum. Aproximadamente 12 horas de depoimentos servem de material para as análises aqui desenvolvidas e concentradas na relação conflituosa que envolve campesinato e capital minerador. Os depoimentos também serviram de base para a produção de um documentário, que foi posteriormente exibido nas comunidades rurais

ameaçadas pela mineração, servindo como instrumento de motivação do debate sobre o tema.

Localizado na Zona da Mata Mineira, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) foi criado em 1996, em uma área de Mata Atlântica, onde predominam as pequenas propriedades rurais. Por influência das Campanhas da Fraternidade (CNBB, 2014) da Igreja Católica, desenvolveu-se, desde a década de 1980, uma territorialidade camponesa fundamentada nos sindicatos de trabalhadores rurais (SENSATO, 2013). O conteúdo acentuadamente político dessa territorialidade é enfraquecido a partir da década de 1990, quando a modernização agropecuária no contexto da revolução verde amplia a importância das pautas de conteúdos mais técnicos e econômicos. Entretanto, nos anos 2000, há uma reativação da luta política, tendo em vista que a territorialidade camponesa passa a ser confrontada com a ameaça da mineração de bauxita pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim.

A lavra da bauxita em propriedades rurais minifundistas que são arrendadas pela mineradora ocasiona o êxodo rural temporário, com risco de tornar-se permanente. Isso porque a condição produtiva do solo após a mineração tem sua eficácia tecnicamente questionada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) (FÓRUM, 2013), além, é claro, das dificuldades decorrentes do deslocamento de retorno ao campo por parte de famílias cuja desterritorialização levou-as a estabelecer novos laços sociais nos meios urbanos onde passaram a residir.

Os depoimentos apresentados mostram a percepção do conflito territorial pelos movimentos sociais, sindicais e pastorais, refletindo a valoração que fazem do ambiente ameaçado pela mineradora. Antes de apresentá-los, no entanto, realizamos um resgate teórico sobre o tema território e territorialidade que nos permitirá captar em maior profundidade a conflituosidade em sua dinâmica. Na sequência, apresentaremos uma caracterização do PESB e da territorialidade camponesa ali desenvolvida. Esse tópico é seguido de outro em que realizamos uma análise comparativa das diferentes formas de valorar o ambiente. Chegamos, enfim, aos depoimentos e à percepção do conflito

valorativo a partir da ótica daqueles ameaçados pelo avanço da mineração. O artigo encerra-se com uma análise que objetiva aprofundar a relação entre os discursos dos ameaçados e a própria dinâmica do conflito territorial.

2. ENTENDENDO A DINÂMICA TERRITORIAL

Iniciamos nossa investigação a partir de uma discussão sobre o território e a territorialidade. Raffestin (2012) propõe uma fórmula daquilo que ele entende como “mecanismo da produção territorial”. A fórmula é a seguinte:

$$A(L-MP) \text{-----} R \text{-----} S = (S_n/S_o) = T/TA$$

I
II
III

Onde: “A” significa o ator individual ou coletivo que combina os meios para realizar uma ação no ambiente (inorgânico e/ou orgânico e/ou social); “L” representa o trabalho entendido como combinação de energia e informação; “M” identifica os mediadores materiais ou imateriais à disposição dos atores para o desenvolvimento da ação e “P” caracterizará o programa do ator definindo suas intenções, projetos ou metas. Esse ator “A” estabelece uma relação “R” com o ambiente geral “S” que, por sua vez, é composto por um ambiente orgânico/inorgânico “Sn” e por um ambiente social “So”. O território produzido pelo ator será representado por “T” enquanto o conjunto de relações desenvolvidas por aquele ator é a territorialidade “Ta”. Além disso, “T” é a parte material, ao passo que “Ta” é a parte imaterial.

Esse esquema indica que os resultados territoriais decorrem

De todas as interações e as interrelações da *antropo-lógica* e das *eco-bio-lógicas*, definidas antes, manifestam-se através dos sistemas dos territórios agrários, rurais, urbanos, industriais, comerciais, turísticos e das redes de infraestrutura (ruas, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc.). Os territórios **T/Ta** são produzidos pela combinação de elementos utilizados pelos atores nos diferentes sistemas à

disposição deles (RAFFESTIN, 2012, p. 29; grifos e negritos do autor).

Como processualidade, “na produção territorial há sempre um ponto de partida que nunca está desligado das ações do passado”, de forma que “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território” (RAFFESTIN, 2012, p. 21, grifos no original). Assim é que, partindo de “A” esse “processo pode significar uma continuação ou uma decomposição (desterritorialização), seguida de uma recomposição (reterritorialização)” (RAFFESTIN, 2012, p. 22), o que nos leva a concluir que esse processo é contínuo, ou ilimitado.

Reforçando a processualidade é que Raffestin (2012, p. 22) afirma:

A mudança inscreve-se no tempo e nos encontramos diante de um sistema que retoma os resultados dos processos precedentes para elaborá-los novamente, modificá-los ou, simplesmente, para destruí-los.

Saquet (2011) realiza uma importante síntese dos temas relativos aos tempos, espaços, territórios e territorializações a partir da leitura e interpretação de diferentes autores, inclusive Raffestin, em que aprofunda o entendimento da processualidade e simultaneidade desses temas:

Didaticamente estamos pensando o tempo a partir de dois grandes movimentos unitários, embora distintos: a) o *tempo das coexistências* (...) correspondente às simultaneidades no espaço, isto é, aos fenômenos e processos que ocorrem ao mesmo tempo, no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, apreendidos somente por meio de uma abordagem relacional; b) o *tempo histórico*, compreendido como fluxo contínuo, no qual a definição de períodos, começos e fins é relativa e aproximada; o tempo é duração e movimento, descontínuo, com saltos e superações. A unidade desses tempos está na relação espaço-tempo (SAQUET, 2011, p.57; grifos nossos).

Ou seja, a relação territorial não transcorre somente em um eixo temporal enquanto processo de articulação de uma *sequência histórica*, mas sim se desenrola simultaneamente através e a partir de um tempo das *coexistências* em que *diferentes territorialidades* relacionam-se umas com as outras. Assim Saquet (2011, p. 58) afirma que “o tempo presente, passado

e futuro indica processualidade e simultaneidade, isto é, significa transtemporalidade processual e coexistente”. Enquanto a *transtemporalidade processual* pode ser identificada com os períodos, momentos, fases e sucessões, a *transtemporalidade coexistente* refere-se às relações que ocorrem ao mesmo tempo no mesmo lugar ou em lugares diferentes de forma articulada.

Ao enfatizar o *caráter transtemporal do território*, Saquet nos alerta para que o tempo não seja apreendido como uma linearidade absoluta, já que diferentes ritmos e heterogeneidades tornam possíveis as coexistências de territórios marcados por diferentes temporalidades, o que nos remete a Milton Santos (2009), para quem haveria uma permanente convivência contraditória entre *tempos lentos* – como aquele do campesinato, por exemplo – e *tempos rápidos* – aquele da valorização do capital. Dessa maneira é que se pode afirmar que

há coexistências de ritmos-temporalidades, em sincronia-transtemporalidades e em unidade com os processos diacrônicos também transtemporais: em qualquer espaço-território há elementos multidimensionais que datam de períodos e momentos históricos diferentes (SAQUET, 2011. P. 61).

Por ser uma dinâmica relacional, é preciso ainda destacar que os territórios e as territorialidades articulam-se em *redes e fluxos* por meio dos quais as relações se efetivam. Atendendo a objetivos diversos, as redes podem ser “produtivas, comunicativas, dos movimentos sociais, de profissionais liberais, de consumidores etc., sempre significando interdependência, conexão, relação entre sujeitos, lugares e territórios” (SAQUET, 2011, p. 63). Ou seja, através de redes e fluxos é que os territórios coexistentes se relacionam ainda que cada um seja definido por sua temporalidade específica. Por relacionarem-se entre si é que os territórios não se limitam a serem identificados como mera articulação linear de um passado e de um futuro em um determinado tempo presente. Por identificarem-se a *si mesmos* na relação com *outros territórios* (coexistência) e com seus próprios *momentos históricos* (temporalidade) é que mostram seu dinamismo, ou seja, revelam-se como *processo e relação*. Enfim,

revelam-se como territorialidade em permanente construção convivendo com demais territorialidades por meio de redes e fluxos.

Ainda enfatizando a importância da dinâmica relacional dada pelo tempo das coexistências é que podemos também afirmar que, ao relacionar-se, um dado território constrói sua identidade. Afinal, é justamente a partir do *encontro*, do *confronto*, enfim, da relação com o território “diferente” que o próprio território se define. Assim é que a identidade territorial se *constitui na relação*, seja enfatizando as semelhanças ou as diferenças – além de diversas outras possibilidades que uma relação franqueia - entre os diferentes territórios que coexistem naquela temporalidade. Na construção dessa identidade há toda a elaboração de uma iconografia (SAQUET, 2011) que possibilita a comunicação entre os diferentes territórios. Certamente que o estabelecimento de valores – crematísticos ou econômicos – é constituinte dessa iconografia. Aprofundaremos adiante esse entendimento.

Resta ainda apontar que as relações entre distintos territórios são fundamentalmente concretizadas como *relações de poder*. Como salienta Raffestin (1993, p. 47):

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. (...) O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.

Como relação de poder elas podem se desenrolar enquanto *encontro* ou mesmo *confronto*. São diversas possibilidades já que “a territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade” (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Por ser imanente às relações sociais (SAQUET, 2010) é que, as diferentes identidades territoriais se constituem relacionalmente em diversas situações marcadas pelas *assimetrias de poder*, o que se desdobra em um quadro de conflito social. Nas situações de conflito social, os territórios manifestam suas diferenças de poder que são comunicadas por

uma iconografia. No confronto, a identidade territorial *se explicita* comunicando de forma articulada sua temporalidade processual e sua temporalidade coexistente. Assim é que a identidade que articula passado e futuro - ou seja, trajetórias e projetos territoriais – é instrumentalizada na relação de poder do presente, constituindo a coexistência relacional que se dá entre poderes diferentes.

Para tratar das possibilidades colocadas às territorialidades que estão na condição subalterna ou oprimida diante de uma territorialidade hegemônica, recorreremos a Castells (1999) identifica três formas de identidade que podem ser assumidas por tais territorialidades, certamente dentro de determinadas condições:

- a) *identidade legitimadora* é aquela que reproduz a dominação, de forma que o confronto territorial se desdobra em uma subalternização;
- b) *identidade de resistência* sendo aquela em que os agentes sociais rejeitam a dominação, mas não são capazes de se opor a ela no sentido da construção de uma alternativa superadora; ou seja, há a manutenção permanente do conflito;
- c) *identidade de projeto*, quando os agentes desenvolvem lutas para mudança de suas condições sociais, ou articulam formas de superar a dominação.

Retomando a fórmula desenvolvida por Raffestin:

$$A(L-MP)-----R-----S=(S_n/S_o)=T/TA$$

I II III

Podemos verificar que o conflito se dá entre diferentes atores (“A”) e, conseqüentemente, seus distintos territórios/territorialidades (“T/TA”). Mas de forma prática, é possível constatar que essa relação conflituosa pode se dar em toda a relação (“R”) ou se concentrar particularmente em um dos demais elementos. Assim é que pode haver um conflito que seja mais explícito nos processos de trabalho (“L”) ou mesmo no controle dos mediadores de tal processo (“M”), ou ainda nos programas/projetos dos atores (“P”). Há ainda a possibilidade de o conflito relacionar-se ao controle ou apropriação do ambiente natural ou social (“S_n” ou “S_o”) em que a territorialidade se desenvolve. Enfim, podemos

concluir que *há uma processualidade material e simultaneamente imaterial no conflito territorial*. De forma que diferentes atores que se apropriam de formas distintas do território, ao se confrontarem ou confrontarem suas distintas formas de apropriação, mobilizarão recursos materiais e imateriais relacionados a seu posicionamento e sua identidade – de adaptação, resistência ou projeto - no conflito. *Mais diretamente relacionada ao tema desse trabalho, podemos enfatizar que há uma conflituosidade territorial que se manifesta nas divergentes formas de se valorar o ambiente pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos.*

Não menos importante, é preciso enfatizar a *escalaridade* do conflito, entendida como aquela situação em que os sujeitos se identificam territorialmente de múltiplas formas dependendo da escala que se analisa. Assim é que pode haver uma territorialidade camponesa em conflito com determinada espacialização do capital em uma escala local, mas não necessariamente na escala global de reprodução da sociabilidade capitalista, ou vice-versa. A preocupação escalar permite-nos captar as *contradições no interior da identidade camponesa*, que se coloca antagonicamente frente ao capital minerador nas formas de valoração do ambiente na escala local, mas nem sempre crítica a contradição decorrente do “despotismo do mercado” (BENSAÏD, 2008, p. 65) na escala macrossocial.

Tendo em vista o entendimento das dinâmicas possíveis é que pretendemos identificá-las e entendê-las na relação de conflito entre agricultura camponesa e mineração no entorno do PESB. Antes, porém, vamos verificar como se deu a trajetória territorial daquelas comunidades ainda no momento de constituição do Parque.

3. PESB, CAMPESINATO E IDENTIDADE

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, criado em 1996, está localizado na Zona da Mata Mineira e sua área de 13.210 há abrange os municípios de Araponga, (41%), Ervália (8%), Fervedouro (27%), Miradouro (12%), Divino (1%), Pedra Bonita (3%), Sericita (6%) e Muriaé (2%), sendo

este último o único em que a população urbana predomina sobre a rural (SIMPÓSIO, 2000). No entorno do Parque predominam as pequenas propriedades rurais, sendo que 97% delas possuem área menor que 100 ha, sendo que a pecuária e a cafeicultura foram responsáveis pela ocupação econômica, o que, ao longo dos anos não somente devastou a floresta original, bem como desencadeou processos erosivos decorrentes do uso inadequado do solo em um relevo marcado por acentuada declividade (OLIVEIRA, 2000).

No processo de criação do PESB, além de entidades técnicas, científicas e políticas, houve uma efetiva participação de organizações sociais locais, em especial os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A elas se juntaram a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Esses sujeitos estiveram envolvidos tanto na definição dos limites do Parque quanto na elaboração de seu plano de manejo. Também foram propostas a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) de forma “que permitissem a permanência dos agricultores e estimulasse o zoneamento para uso controlado dos recursos” (FERREIRA NETO, 2000, p. 35).

O campesinato mobilizou-se em defesa de sua permanência no entorno do PESB. Contando com ativa participação do CTA-ZM da CPT e dos STRs, foram realizados diagnósticos, cursos e encontros com o objetivo de resgatar as diferentes modalidades sociais, produtivas e culturais desenvolvidas pelos agricultores ao longo dos anos, bem como promover ações visando que garantissem sua permanência na área. Isso incluía ações reivindicativas, investigativas e propositivas que, ao final, envolveram os sujeitos em processos coordenados que articulavam tanto a própria mobilização comunitária quanto a assessoria técnica, passando pelo estabelecimento de práticas agrícolas que possibilitassem a regeneração de áreas degradadas e o manejo sustentável (FERREIRA NETO, 2000).

Verificando esse processo de constituição e “funcionamento” do PESB no decorrer dos anos, pode-se afirmar que estamos diante da efetivação de uma *territorialidade camponesa* principalmente ao articularmos os processos ainda em andamento com as ações dos STRs e da CPT, ou seja, uma territorialidade na sua processualidade. Por se tratar de uma territorialidade camponesa envolvida em uma totalidade social hegemônica do modo de produção capitalista, a processualidade histórica desse campesinato é certamente marcada por contradições (CARVALHO, 2011).

Assim é essa territorialidade passa a ter uma *identidade* que podemos definir como de *projeto* – tal como classificação de Castells (1999) – a partir do final da década de 1980, mais exatamente a partir da Campanha da Fraternidade (CF) do ano de 1986, cujo tema era “Fraternidade e Terra” e que tinha por lema: “Terra de Deus, Terra de irmãos” (CNBB, 2014). A partir do chamado “gesto concreto” dessa CF, as Pastorais Sociais da Diocese de Leopoldina, em Minas Gerais, assumiram um papel de participar da organização e fortalecimentos dos STRs na sua área de abrangência. A Forania de Muriaé, uma das mais envolvidas na criação do PESB, contou com um considerável avanço na organização dos trabalhadores rurais a partir das ações desenvolvidas pelos Círculos Bíblicos e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (FÓRUM, 2013).

Na década de 2000, no entanto, essa dinâmica da relação entre camponeses e capital no entorno do PESB passou por um processo de complexificação, refletindo em sua identidade. Dois elementos contribuem para essa complexificação. O primeiro se refere à conjuntura brasileira a partir da constituição das diferentes políticas públicas voltadas à agricultura familiar a partir dos anos 1990, que foram fortalecidas no decorrer dos anos 2000. É um período em que se fortalece toda uma *simbologia* que identifica o campesinato ao atraso socioeconômico e prevê a contínua inserção de uma *agricultura familiar modernizada* à lógica mercantil capitalista, prevalecendo aquilo que a *geografia agrária* identifica como *paradigma do capitalismo agrário*, em que ao campesinato caberia a

adaptação ao sociometabolismo do capital sob a ameaça de seu desaparecimento (GIRARDI, 2008).

Em conformidade com as diferentes identidades definidas por Castells (1999), podemos apontar que as ações implementadas pelo campesinato brasileiro, de modo geral, a partir desse contexto, acabaram em muitos casos levando a um quadro de *incorporação subalterna à lógica produtiva* (CARVALHO, 2011), o que nos leva a caracterizar tal *identidade como legitimadora* (Castells, 1999), já que não aponta para uma situação de enfrentamento do capital. Há, certamente, matizes nas posições políticas do campesinato tanto em relação ao capital quanto ao Estado, de forma que, em alguns momentos, pode-se verificar a ocorrência de uma *identidade de resistência* (Castells, 1999) – especialmente naqueles de recriação do campesinato em decorrência de luta pela terra ou por sua permanência nela (CARVALHO, 2011).

Esse quadro nacional, por sua vez, é complementado por um elemento local na década de 1990, cujo potencial conflitivo só é efetivamente percebido nos anos 2000. Tal fato refere-se à ameaça à condição camponesa representada pela mineração de bauxita no entorno do PESB, cuja licença de lavra pertence ao grupo CBA-Votorantim e que possibilita o ressurgimento de uma identidade local de projeto.

Diante desse quadro complexo, a análise dos depoimentos relacionados ao conflito territorial e valorativo nos possibilitará verificar as relações contraditórias do campesinato com o capital, bem como as contradições no interior da identidade camponesa em relação ao capital enquanto forma da sociabilidade hegemônica dos tempos presentes. Antes, porém, entenderemos brevemente as diferentes e divergentes formas de valorar o ambiente.

4. ECONOMIA E CREMATÍSTICA: FORMAS DE VALORAR O AMBIENTE

O primeiro elemento a ser considerado com relação à possibilidade, ou não, de valoração do ambiente refere-se à *complexidade dos sistemas ambientais* e também das *relações que as sociedades humanas estabelecem com eles*. Esse elemento implica, desde logo, na crítica ao reducionismo científico, por maiores que tenham sido os avanços das pesquisas nos últimos tempos. Como aponta Marques (2015, p. 581),

Não apenas é atualmente impossível controlar a infinidade de variáveis de que resulta o comportamento dos ecossistemas, mas o risco de que manipulação em grande escala intensifique a dinâmica de destruição recíproca do homem e da natureza é imprevisível e provavelmente altíssimo.

Marques (2015, p. 582) afirma que “eventuais benefícios imediatos da manipulação [ambiental] são, cedo ou tarde, anulados por reações em espiral da natureza que agravam os problemas que a manipulação devia supostamente resolver”.

O segundo elemento a ser considerado talvez seja mais importante e capaz de melhor caracterizar a relação conflituosa que estamos aqui analisando. Ele se refere mais diretamente às disputas sobre sistemas de valoração, que são estudados pelo economista ecológico Joan Martínez Alier (2017, p 53), que parte da

distinção realizada pelos gregos (como na Política de Aristóteles) entre “oikonomia” (a arte do aprovisionamento material da casa familiar) e a “crematística” (o estudo da formação dos preços de mercado, para ganhar dinheiro), entre a verdadeira riqueza e os valores de uso, por um lado, e valores de troca, de outro.

Uma distinção que, como o próprio autor enfatiza, parece hoje cada vez menos relevante, tendo em vista o crescimento exponencial das relações mercantis, além, é claro, de aquilo que hoje se denomina como ciência econômica ser tão somente o novo nome da crematística.

Mesmo reconhecendo que o debate sobre o pagamento por serviços ambientais disponibilizados gratuitamente pela natureza tem o mérito de ao menos levar em conta a natureza, Martínez Alier desenvolve uma importante discussão sobre a *incomensurabilidade de valores* – ou, em

determinadas situações, de uma fraca comparabilidade de valores. Para isso ele analisa um caso hipotético que busca definir a instalação de um depósito de lixo em um dos três terrenos que são avaliados com base em também três diferentes valorações: valor como hábitat, valor como paisagem e valor econômico. Qual dos valores é mais importante? Seria possível reduzi-los a um único supervalor capaz de compará-los efetivamente? Questões às quais Martínez Alier responde apontando para a *inexistência de um valor supremo* de qualquer índole que pudesse sintetizar todas as formas de valoração.

Articulando a incerteza e a complexidade, Martínez Alier, ao analisar o estabelecimento de preços para as externalidades pelos economistas tradicionais, reconhece que tais preços estejam “na dependência de relações sociais de poder” (MARTÍNEZ ALIER, 2017, p. 58), que também nos remete a Raffestin ao tratar das relações de poder relativas à territorialidade. Assim sendo, ele conclui que “os pobres vendem barato não por opção, mas por falta de poder” (MARTÍNEZ ALIER, 2017, p. 58). O que implica na reflexão sobre a política que atravessa as relações valorativas do ambiente. Em termos concretos, isso pode significar que

A autoridade política pode optar por fórmulas autoritárias ou talvez, de modo mais moderno, se impor com base numa análise de custo benefício reducionista, aplicando uma lógica monetarista, possivelmente complementada por alguma avaliação cosmética de impacto ambiental (MARTÍNEZ ALIER, 2017, p. 56).

Enfim, as relações de poder numa sociedade capitalista acabam por favorecer o estabelecimento da *lógica monetarista*, portanto de uma *valoração crematística* em detrimento do uso comum dos bens ambientais. Não há nenhuma naturalidade na prevalência da crematística em relação à *oikonomia*, mas sim relações sociais de poder, o que nos conduz à importância da reflexão sobre a política relativa aos conflitos ambientais.

Se a prevalência de uma forma de valorar o ambiente sobre outra é resultado de relações de poder, os movimentos ameaçados e atingidos pelos projetos de expansão capitalista devem ser capazes de mobilizar critérios como justiça social e ambiental, diversidade cultural e a

consideração de horizontes de sentido para o estabelecimento de uma agenda política relativa aos conflitos territoriais que não se limitem aos cálculos crematísticos. Nesse sentido, a proposição de uma agenda política é defendida por Porto-Gonçalves (2012, p. 46):

Há um cenário complexo se abrindo que coloca enormes desafios, sobretudo para aqueles que buscam uma integração com justiça social e ambiental, que abrigue a diversidade territorial de nossa região para que se logrem outros horizontes de sentido, novos ou não. Há um acervo enorme tanto de ideias para constituir uma agenda política nesse sentido, como um rico patrimônio cultural e natural que nos servem de condição para reinventar a nossa existência.

Uma agenda política que atenda aos ameaçados e atingidos deve, portanto, ter como fundamento a defesa da complexidade como valoração por eles estabelecida frente ao reducionismo científico que fundamenta a valoração crematística. É essa complexidade que buscaremos identificar nos depoimentos, enfatizando suas dimensões material e imaterial/simbólica.

5. O CONFLITO TERRITORIAL NA VISÃO DOS AMEAÇADOS PELA MINERAÇÃO

Apresentaremos a seguir uma seleção com trechos dos depoimentos colhidos junto aos participantes de movimentos sociais, sindicais, ambientais e pastorais mobilizados. Os depoimentos serão acompanhados de um brevíssimo comentário que *objetiva enfatizar os elementos do conflito valorativo e territorial*, nosso foco de análise. O sujeito de cada depoimento é identificado em itálico na apresentação que os antecede.

- a) No depoimento do *agente pastoral* destacam-se dois elementos. O primeiro deles é a preocupação com o êxodo rural que, de temporário, pode tornar-se permanente, especialmente quando se verifica a situação da juventude que, tendo se urbanizado, encontra dificuldades

para retornar ao campo. O conflito territorial apresenta-se aqui como uma ameaça à desterritorialização permanente dos camponeses. A outra preocupação relaciona-se à cultura das comunidades rurais, sua relação com o ambiente e a produção de alimentos saudáveis. Ou seja, além de revelar a importância das dimensões material e imaterial da territorialidade camponesa, explicita que a forma de valorar o ambiente pelos camponeses é divergente daquela da mineradora. Inclusive a expressão “valor” é utilizada pelo agente pastoral. Além disso, ele caracteriza a relação conflituosa entre campesinato e mineração, identificando o projeto da mineradora como “projeto de morte”.

As explorações de bauxita trazem impactos complicados na vida do homem do campo. Um dos impactos é questão do êxodo rural. (...) Quem for minerar sua propriedade, como a terra não vai ter mais condição de produção, automaticamente irá para a cidade. Indo para a cidade, retornar ao campo é muito complicado. Geralmente quem vai para cidade não retorna ao campo. Então o êxodo rural vai ser um dos complicadores dos impactos fortes na nossa região. A juventude que vem para a cidade com certeza não retorna ao campo. Então é uma ameaça constante. É uma ameaça à cultura familiar, às nossas águas, à natureza, às comunidades rurais com todos os seus costumes e forma de vida. (...) Então, a gente entende que, se este projeto for para frente, será um *projeto de morte* para toda a beleza que nós temos para o homem e a mulher do campo. (...) Pois, quem conhece, sabe o *valor* que se tem você poder contar com um ar limpo, poder se alimentar com produtos naturais e produtos orgânicos. E, se você acaba com isso tudo, é uma morte para toda essa beleza, esse costume, essa maneira de viver que é nato do homem e da mulher no campo.

- b) A *assessoria técnica agrícola* chama atenção para a ameaça de danos ao *solo*. Mais que uma mera preocupação técnica, é necessário atentar para o papel da agricultura familiar na preservação das matas do entorno do PESB. Foi essa agricultura familiar que desenvolveu, ao longo de gerações, formas de convivência não destrutivas com o ambiente. Na fala da assessoria técnica agrícola podem ser identificadas três temporalidades distintas: a temporalidade da

natureza e os “milhões de anos” necessários à consolidação do solo produtivo; a temporalidade camponesa e o cuidado “ao longo de gerações”; e, por fim, a temporalidade da mineradora que, fundada no tempo rápido do capital, advoga uma recuperação rápida do solo – questionada no depoimento. Enfim, o conflito territorial em sua dimensão temporal mais explícita caracterizado pela ameaça do tempo veloz do capital como ameaça aos tempos lentos da natureza e do campesinato.

E é por causa dessa agricultura familiar na região que nós temos as matas preservadas, que se tem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. (...) Ao contrário da exploração da bauxita (...) que causa um dano ambiental irreparável, porque, no processo de extração da bauxita, precisa-se remover toda a camada superior do solo. Depois, retira a bauxita e tenta-se fazer uma maquiagem no solo, tentando recompor uma condição de produção. Mas isso é impossível, pois, aquilo que a natureza levou milhões de anos para se consolidar, aquele solo produtivo que os agricultores cuidaram ao longo de gerações, não consegue depois se apresentar nas mesmas condições, após o processo de exploração da bauxita.

- c) O *camponês*, ao realizar o resgate da mística, identifica a *dimensão imaterial* ou *simbólica* da territorialidade camponesa. A Igreja Católica teve um papel histórico importante na constituição dos sindicatos de trabalhadores rurais na região, contribuindo para a formação da identidade camponesa a partir dos anos 1980. No entanto, essa presença da Igreja não se restringe ao passado, tendo em vista que as romarias continuam frequentes atualmente. E, mais do que isso, a participação em uma romaria é capaz de *reanimar a luta pela terra*.

Eu, assim como agricultor queria fazer um apelo a outros agricultores que abraçassem essa causa em defesa da terra, do nosso lugar, da nossa região e buscar informação porque a mineradora é algo ameaçador e que vai tirar o nosso sossego na região, vai tornar a nossa terra improdutiva. É esse apelo pra que outros agricultores participem deste movimento contrário à mineradora e ressaltando que teve aqui em Belizário a Romaria do Trabalhador, que [foi] organizada pela Igreja Católica em defesa da terra e da vida.

(...) Foi algo tão importante pra gente como agricultor, porque a Igreja mostrou a cara e colocou assim de lado a lado com a gente agricultor e com o sindicato. Assim isso foi algo que me deu ânimo pra continuar esta briga.

- d) A íntima vinculação entre sindicalismo e religiosidade, no entanto, não se limita aos grandes momentos como as romarias. Na vida cotidiana também a articulação entre sindicato e a Igreja pode ser verificada, tal como se constata no depoimento da *camponesa* a seguir. Além de juntar “muita gente”, como ela relata, ocorre uma duplicidade de papéis entre representantes sindicais e o de leigos pastoralmente engajados. Os tempos de celebrar e organizar-se politicamente se misturam, revelando uma profunda visão mística do engajamento camponês.

Tanto é que este é um assunto que virou rotina nas nossas vidas, a mineradora virou um assunto em comum (...). Os representantes do sindicato, que até por uma coincidência, são o pessoal de dentro da Igreja, (...) vão lá e trazem o que está acontecendo para a gente. (...) Nós reunimos e quando fala que é uma reunião sobre o sindicato e a mineradora, junta muita gente.

- e) Os sindicatos dos trabalhadores rurais da região consolidaram-se como instrumentos importantes para os camponeses na defesa de seus direitos, tal como se verifica no depoimento dessa *sindicalista*. No entanto, a filiação sindical não é empecilho para a busca de proteção dos camponeses frente à mineradora, já que ela orienta que até mesmo aqueles que não são sindicalizados devem se socorrer junto ao sindicato. Chamamos a atenção a essa parte do depoimento porque ela é capaz de revelar a importância do caráter coletivo da luta camponesa. Retomando o entendimento previamente desenvolvido nesse trabalho que a territorialidade constitui-se da articulação de uma temporalidade histórica com uma temporalidade das coexistências, é possível entender a importância da luta coletiva mais profundamente. Nossa ênfase será ao tempo das coexistências: ora, a coexistência da territorialidade da mineração e a territorialidade camponesa é claramente conflituosa. Percebendo-se fragilizado nessa relação, o

campesinato visa fortalecer seus laços com territorialidades que lhe sejam solidárias na sua luta. Ou seja, os camponeses estabelecem coexistências que fortaleçam suas lutas ao torná-las coletivas. Daí o convite aos sindicalizados e aos que não são sindicalizados, bem a ampliação das redes que congregam outras territorialidades – sindicais, pastorais, ambientalistas, sociais – para que a defesa de seus direitos tenha maior efetividade.

E eu acho que os agricultores familiares, as pessoas que vivem no campo e têm a sua terrinha, antes de qualquer acordo, de qualquer acerto com a mineradora, de qualquer cessão do seu direito (...) devem primeiramente procurar o sindicato dos trabalhadores rurais no qual ele é filiado. E se não for filiado ainda procure assim mesmo. Venha, discuta, conheça os direitos. Porque nós não podemos entregar a nossa vida, o ar que nós respiramos, a água que (...) mata nossa sede. Nós não podemos entregar isso, a nossa vida, as nossas condições de vida (...) pra uma empresa sonhando com um dinheiro que é pequeno e que muitas vezes não vem.

- f) A “palavra dada” tem elevado valor de compromisso na cultura camponesa, valor este que é amplificado no caso de assinaturas em documentos escritos. A boa-fé camponesa, como podemos confirmar no depoimento deste *camponês*, nem sempre é respeitada pelos representantes da mineradora, que, em alguns casos, buscam aproveitar-se dessa condição. Por outro lado, a recomendação de “não assinar papel nenhum dessa gente” revela que o camponês tem claro entendimento da relação conflituosa em que está inserido.

O que eu falo é para as pessoas ficarem assim atentas. Não assinar papel porque eles têm um papo assim pra induzir as pessoas, pra levar as pessoas para o mau caminho mesmo, porque eles estudaram. Aqui na minha casa eu não assinei, mas a minha cunhada, coitada, já assinou, sabe. As pessoas não assinam, participam das reuniões (...), para as pessoas entenderem melhor. Não assina papel nenhum com essa gente porque essa gente quer destruir os trabalhadores, a zona rural, lugar mais sossegado e eles tão querendo acabar com o lugar. Ai a única coisa que eu falo é isso, não assina papel.

- g) Resgatar o entendimento da dupla dimensão da territorialidade – tempo histórico e tempo das coexistências –, é importante para a análise do depoimento a seguir que foi dado por um *camponês*. A ênfase nesse caso, contudo, é no tempo histórico. A herança recebida e que deverá ser deixada aos filhos e netos não tem um sentido crematístico, mas sim um valor histórico, como se pode verificar. Além disso, deixar uma herança tem um sentido de alegria, à qual se contrapõe a ameaça de não se ter história nenhuma no futuro. A dimensão temporal da territorialidade sendo valorada não em termos monetários, mas na alegria de uma herança histórica.

Definitivamente, eu tenho minha terra. Lá que eu sempre falo: eu hoje tenho meu filho, meus dois netos, então, (...) minha alegria seria eu deixar essa herança pra eles e eles seguirem isso aqui. E daqui uns tempos eles lembrarem e falar: aqui o vovô deixou e é nosso. *Então agente fica com medo de daqui uns tempos não ter história nenhuma mais.*

- h) O depoimento a seguir foi dado também por um *camponês*. Nele se pode verificar o uso de expressões relativas à espacialidade e também à formação educacional. Por isso identificamos nesse depoimento a dimensão dos fluxos que se relacionam às territorialidades. Nesse caso, os fluxos são as relações espaciais que se estabelecem entre cidade e campo. Mas são também fluxos temporais, que se revelam nos tempos de formação escolar e exercício da profissão. Lugar de plantar e lugar de estudar. Tempo de estudar, tempo de trabalhar.

Fui nascido e criado aqui, a gente conhece o lugar e é a única coisa que agente tem. A gente num tem estudo, e o que a gente aprendeu a mexer foi com a terra, é o que a gente sabe fazer. Tem[os] muito medo de perder a terra, porque se a gente perder a terra (...) [na] rua num dá pra nós porque a gente não sabe... lá na rua só é pra pessoas que têm um comércio, seja um industrialão coisa assim, que tem dinheiro. Porque na roça é um lugar que a gente vive da cultura. A gente planta de tudo aí. (...)
A gente não tem emprego bom lá na rua, a gente tem que valorizar aqui, o lugar que nós vivemos. Igual meu filho. Mesmo quando ele fez o primeiro grau ele tirou o segundo grau ali em Miradouro. [O camponês reproduz o diálogo que

teve com esse filho] Meu filho, você escolhe qual que você quer estudar. E ele falou assim: Eu não quero pai, eu não quero ir pra rua, sabe, eu não quero estudar mais, eu quero trabalhar lá na lavoura e tudo. (...) Ele não gosta desse negócio de ficar estudando e nem de emprego em rua. Agora ele tá capinando a lavoura dele. Um filho só que eu tenho, sabe, e ele é trabalhador, graças a Deus. E isso é pra manter assim. É hereditário. O pai deixou pra nós. (...) Porque deixou e a gente cuida disso aqui enquanto puder.

- i) O representante da organização *ambientalista* chama a atenção para o impacto negativo no fluxo das águas decorrente da atividade mineradora. É possível depreender desse depoimento que encontramos de duas formas distintas de entender o ambiente. A fala do ambientalista salienta que os estudos de impacto ambiental não consideram os impactos sobre as águas, revelando um reducionismo analítico. Por outro lado, ao enfatizar elementos como o trânsito, a poeira, o barulho, as árvores, as montanhas com seus rios e nascentes, bem como as consequências para a cidade, essa fala demonstra a necessária abordagem holística das relações da sociedade com o ambiente.

A gente tem muito medo do impacto. Porque sabemos da necessidade de melhorar estradas ao aumentar a densidade do transito, além do barulho, da poeira, dos impactos que esta mineração vai dar nesta região. Por este motivo estamos preocupados. Outra coisa muito importante pra nós são as árvores. Em todas estas montanhas tem nascentes nestes córregos que alimentam os rios lá abaixo na cidade. Então nós temos aqui realmente uma caixa de água muito importante pra esta região e, na verdade, o impacto potencial desta mineração nas águas não foi bem estudado. Se você vir no estudo de impacto ambiental, não se fala sobre o provável impacto sobre as águas.

- j) O depoimento a seguir foi dado por um *sindicalista rural*. Como se poderá verificar, ele se refere à condição de segurado especial da Previdência Social garantida aos trabalhadores rurais, mas que pode ser perdida caso ele assuma o papel de arrendatário da terra. O que devemos salientar nessa fala, contudo, é que há aqui uma valoração da condição camponesa que difere daquele verificável nos depoimentos

anteriormente apresentados. Estamos diante de um cálculo que se aproxima da lógica crematística, já que é o recebimento de valores monetários o que está em jogo. Não que devamos desconsiderar a importância do alerta que esse depoimento representa para os camponeses em sua luta contra a mineração. Porém, devemos entendê-lo como incorporação de uma valoração que, ainda que confrontante da mineradora, aproxima-se muito da lógica crematística da própria mineradora que objetiva converter todos os valores incomensuráveis em valores monetários.

Dentro os grandes problemas que a mineração pode trazer pra nossa região e, mais precisamente para a nossa agricultura familiar, uma das nossas grandes preocupações é com relação à questão do segurado especial. Ao trabalhador rural graças a uma luta do movimento sindical na época da constituição de 1988 ficou garantido que os trabalhadores rurais teriam direito a todos os benefícios da previdência social sem necessariamente ter que contribuir mensalmente com o INSS, ou seja, ele é o segurado especial da previdência. Daí [que] ele, exercendo a sua atividade no campo, ele tem direito a todos os benefícios previdenciários. Porém, esse trabalhador, dentro da proposta da empresa que está pagando o arrendamento, não comprando a propriedade, automaticamente o agricultor recebendo esse arrendamento ele desengadra do trabalhador rural, ele desengadra do segurado especial, passando a ter que contribuir mensalmente com a previdência. Então além de todos os problemas que a mineração trás para o agricultor familiar esse pra mim é um dos principais, principalmente a gente que trabalha com os sindicatos, trabalha com essa questão no nosso dia a dia.

- k) A lógica monetária também pode ser encontrada no depoimento do *assessor de turismo rural* a seguir. Nele se verifica a ênfase na dinâmica conflituosa, na qual o projeto minerador é um obstáculo ao turismo rural de base comunitária. Certamente que há uma referência importante ao valor do ambiente que não pode ser monetariamente mensurado, mas o foco nos investimentos e na renda acaba revelando a prevalência de uma lógica crematística no depoimento.

A Serra do Brigadeiro hoje é o destino turístico escolhido pelo governo de Minas, pelo governo federal como um dos locais de alto investimento. Ou seja, aproximadamente há três anos, diversas famílias que moram em torno dessa Serra, 30 a 50 famílias, estão sendo capacitadas, treinadas, orientadas para como receber um turista de grandes centros: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, São Paulo, para vir visitar essa nossa serra. (...) Para o turismo de base comunitária funcionar nessa Serra do Brigadeiro precisamos garantir ambientes naturais protegidos em longo prazo: as nossas matas, as nossas cachoeiras, os nossos picos. E aí eu pergunto pra você, produtor rural que já está inserido nesse ambiente turístico ou almeja ter como renda extra essa atividade complementar: Será que é possível termos um turismo de base comunitária juntamente com o processo de mineração - seja bauxita, seja do ouro, seja granito - no entorno da Serra do Brigadeiro, no entorno desse Parque Estadual? É uma questão de escolha pra você que está pensando no seu futuro, dos seus filhos, dos seus netos e também uma questão de escolha para o turista dos grandes centros. Será que esse turista que está buscando relaxar, um ambiente natural como a nossa Serra do Brigadeiro, irá escolher esse destino futuro tendo máquinas, tendo barulho, tendo poeira? Você decide.

6. ANALISANDO OS DEPOIMENTOS E O CONFLITO TERRITORIAL

Verificamos que os depoimentos apresentados *valoram o ambiente em suas múltiplas perspectivas*: ambiental, econômica, social, mística, política, assumindo uma postura crítica frente à ameaça representada pela mineração. Ou seja, captam o conflito em sua realidade *material e imaterial* do território (SAQUET, 2011). Ao contrapor valores não meramente econômicos/crematísticos ao avanço da mineração, os depoimentos revelam a *incapacidade do cálculo monetário em captar o modo de vida camponês em sua complexidade* (martínez alier, 2017; PORTO-GONÇALVES, 2012) e, conseqüentemente, contribuem para o fortalecimento identitário (RIBEIRO, 2010) do campesinato do entorno do

PESB frente à ameaça da mineração. Vejamos detidamente esses elementos.

Voltemos mais uma vez à fórmula Raffestin para relacionarmos os conflitos territorial e valorativo:

$$A(L-MP)\text{-----}R\text{-----}S=(Sn/So)=T/TA$$

I
II
III

No entorno do PESB, "A" é o ator coletivo campesinato que atuou ao longo de gerações e atua ainda hoje sobre o ambiente inorgânico e/ou orgânico e/ou social ("Sn" e/ou "So") por meio de seu trabalho "L" no qual utiliza mediadores ("M") materiais ou imateriais que se encontram à sua disposição. O resultado desse processo é a permanente construção do território ("T") e da territorialidade ("Ta") camponesa no entorno do PESB. No entanto, a esses território e territorialidade camponesa contrapõe-se a ameaça representada pela territorialização do ator capital minerador representado pela CBA-Votorantim, que também atua no ambiente inorgânico e/ou orgânico e/ou social ("Sn" e/ou "So") por meio da atividade mineradora "L" com a utilização de mediadores ("M") materiais ou imateriais. Ambos os atores sociais possuem seus próprios programas "P" que definem suas metas e projetos de curto e longo prazo.

O projeto de territorialização da mineradora sobre o ambiente natural e social é claramente identificável: respectivamente, minerar a bauxita e deslocar, ainda que temporariamente, as populações camponesas das áreas de mineração, além de deixar externalidades sociais e ambientais. Os projetos de territorialização e identidade camponesa, por sua vez, requerem uma análise mais atenta, tendo em vista as diferentes formas identitárias que eles podem assumir diante do conflito: legitimação, resistência e projeto. Assim, os depoimentos selecionados reproduzem majoritariamente identidades de resistência e de projeto, já que assumem claramente o confronto com a mineradora. Contudo, deve-se considerar que os depoimentos foram tomados junto a lideranças comunitárias, sindicais, pastorais (ainda que compostas em sua maioria por camponeses ou seus parceiros de luta), o que certamente implica em posições críticas

que podem divergir de parte do contingente populacional ameaçado pela mineração e que não teve seus depoimentos registrados.

O conflito territorial e identitário entre mineradora e camponeses são umbilicalmente articulados a um conflito valorativo, posto que verificamos nos depoimentos apresentados as divergências nas formas de valorar o território. Se para a mineradora apenas o cálculo *crematístico* tem relevância, para o campesinato os valores referem-se muito mais aproximadamente daquilo que os gregos definiam como *oikonomia*, já que a lógica de cuidado da casa comum prevalece (MARTÍNEZ ALIR, 2017). Há um desdobramento desse conflito para a política, já que nos encontramos diante de relações assimétricas de poder (RAFFESTIN, 1993). O tempo rápido da valorização de capital sendo confrontado com os tempos lentos do campesinato (SANTOS, 2009). Contra a força do capital, os camponeses organizam-se nos sindicatos e nas pastorais, estabelecem *redes* com potencialidade de fortalecimento de suas pautas de luta. Ou seja, para enfrentar um tempo marcado por uma coexistência conflituosa com a mineradora, os camponeses reforçam as coexistências solidárias. Essa prática é marcadamente política e reforça a identidade de resistência e de projeto que eles são portadores para além de suas próprias comunidades, já que sujeitos sociais externos são envolvidos na rede assim constituída.

No que tange à valoração do ambiente verificada nos depoimentos, há que também se considerar que foram tomados junto a lideranças, podendo não refletir a diversidade de valorações realmente existentes na comunidade. No entanto, há aqui uma ressalva a ser feita, tendo em vista que dois depoimentos (de um dos sindicalistas e de um assessor de turismo) aproximam-se do cálculo meramente monetário. Tal postura pode revelar contradições internas importantes ao movimento de resistência à mineração cujos impactos na luta política só poderão ser verificados com o avançar do conflito, afinal, a valoração *oikonomica* e não meramente *crematística* do ambiente pelo campesinato tem se revelado um elemento simbólico importante na defesa de sua territorialidade.

Devemos, por fim, considerar que as contradições territoriais, identitárias e valorativas não se limitam ao interior do movimento de

resistência à mineração. Para isso é importante analisar o conflito em suas diversas escalas. Quando focados na escala local de luta contra a mineração, constatamos que, de forma majoritária, a identidade camponesa do entorno do PESB deve ser identificada como identidade de projeto, já que há uma clara contraposição ao projeto mineral. Essa constatação, no entanto, não pode significar um obstáculo à percepção de que, como decorrência da desproporção das forças em conflito, em muitos casos os camponeses podem desenvolver uma identidade de resistência, fundada na defesa de direitos (direito à terra em última instância, e a justas compensações, quando for o caso).

Quando o foco se dirige a uma escala mais ampla que busca captar a dinâmica social de valorização do capital e o despotismo avassalador do mercado, há que se relativizar a identidade de projeto revelada nos depoimentos. Ou seja, se nas instâncias locais acontece a construção de uma territorialidade, de uma valoração e, conseqüentemente, de uma identidade de projeto com potencialidade de enfrentamento do capital minerador representado pela CBA-Votorantim, na escala mais ampla, os depoimentos não nos permitem constatar um avanço dessa identidade para a crítica ao capital em geral. Assim, a identidade local de projeto contra o capital minerador não se desdobra necessariamente em uma identidade de projeto que aponte para a superação do capital.

Enfim, entendemos que a identidade de projeto na escala local não pode ser menosprezada principalmente pelo que ela pode representar em relação à permanência do campesinato do entorno do PESB. Essa identidade local de projeto, portanto, deve ser entendida como uma identidade de resistência ao caráter permanentemente expansivo e destrutivo do capital, o que também reforça sua importância. Em ambas as escalas o resultado final do conflito não está antecipadamente determinado, cabendo às forças em luta decidi-lo. Apesar do peso da assimetria dos poderes em confronto, não se pode olvidar que, com afirmava Milton Santos, a força dos fracos é seu tempo lento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo, Boitempo, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Na sombra da imaginação (3)** - Reflexão a favor dos camponeses. Curitiba, abril de 2011. Disponível em:

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** – volume II. São Paulo: paz e Terra, 1999.

CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil]. **A Igreja e a questão agrária no início do Século XXI** – Documento 101. São Paulo: CNBB, 2014.

FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e a Serra do Brigadeiro**. In: SIMPÓSIO [sobre] Contribuições para Elaboração do Plano de manejo Integrado e Participativo PESB e Entorno. Viçosa: UFV, 2000.

FÓRUM de Defesa da Vida e do Meio Ambiente. **Projeto de morte, projeto de vida**. Leopoldina: Cáritas Diocesana de Leopoldina, 2012. Vídeodocumentário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wl7yuQ8isRc&list=UUHOrWp0sUzHWKextJs8_GGA. Acesso: 01/08/2018.

_____. **Relatório de atividades 1994-2012**: da Comissão dos Atingidos pela Mineração ao Fórum de Defesa da Vida e do Meio Ambiente. Relatório: 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da Questão Agrária brasileira**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2008.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2017.

OLIVEIRA, João Carlos Lima de. **Apresentações institucionais: Instituto Estadual de Florestas (IE-MG)**. In: SIMPÓSIO [sobre] Contribuições para Elaboração do Plano de manejo Integrado e Participativo PESB e Entorno. Viçosa: UFV, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios.** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012. (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Uma concepção de território, territorialidade e paisagem.** In: PEREIRA, Sílvia; COSTA, Benhur; SOUZA, Edson. Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROTHMAN, Franklin. **A Expansão dos Projetos de Barragens e Mineração na Zona da Mata.** In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma nova concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SENSATO, Elisa. **Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé.** Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2013.

TERRITÓRIO Rural Serra do Brigadeiro. **Diferentes visões de desenvolvimento sustentável no entorno da Serra do Brigadeiro** – carta aos participantes do Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável (comunicado 02/2011). Miradouro, setembro de 2011.